

LOUCOS E DEGENERADOS: UMA GENEALOGIA DA PSIQUIATRIA AMPLIADA. Caponi S. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012. 210 p.

ISBN: 978-85-7541-228-2

Habitamos um tempo de intensa medicalização, em que, como sinaliza Castiel no prefácio de *Loucos e Degenerados: Uma Genealogia da Psiquiatria Ampliada*, é possível combinar, sem grande surpresa, Rivotril com suco de abacaxi e hortelã. Na contemporaneidade veloz deste mundo, onde parecem prevalecer hibridismos e mestiçagens de toda ordem, supostos indícios de ruptura de fronteiras e abertura para a emergência de novas formas de vida, são reeditados velhos saberes, remodelados pelo discurso hegemônico da biotecnologia, reduzindo à dimensão bioquímica o que se relaciona a esferas mais ampliadas da existência. Assim, a propaganda de medicamentos reintroduz a ideia de que ainda que os problemas de saúde advenham de questões relacionais ou sociais, é por meio da intervenção farmacoterápica na individualidade do corpo que a cura deve ser perseguida¹.

Percorrer os caminhos que constituíram os regimes de visibilidade e dizibilidade que sustentam o saber psiquiátrico e as percepções que vimos construindo em torno daquilo que, a cada momento histórico, passamos a considerar sofrimento passível de intervenção médica, sofrimento que escapa ao somo mas aflige a alma, aquilo que tão naturalmente chamamos doença mental, é o convite que nos faz Sandra Caponi. Em *Loucos e Degenerados: Uma Genealogia da Psiquiatria Ampliada*, a proposta, afirma a autora, é situar, numa perspectiva histórica, a constituição e ampliação do raio de abrangência da psiquiatria para toda uma série de microdesvios, pequenas anormalidades, configurações subjetivas advindas de problemas e conflitos sociais que, doravante, passarão a integrar o universo psiquiátrico. Analisar esse processo de expansão do campo psiquiátrico pode nos ajudar a compreender melhor o intenso processo de medicalização que experimentamos hoje.

Já no início desta jornada uma advertência se faz necessária. A investigação proposta se desloca de uma perspectiva internalista presente na história das ciências, como se a produção do conhecimento fosse uma operação imaculada pela neutralidade científica e constituísse um longo caminho linear de prospecção da verdade, para se instalar na fronteira móvel entre ciência e política, compreendida como campo de exercício dos poderes, onde o “verdadeiro” advém de uma política que legitima determinados discursos, segundo regras próprias constituídas em cada momento histórico, em detrimento de outros, considerados falsos. É na relação entre um saber que se constitui por meio do exercício de um poder de vigiar e corrigir, que emerge uma trama técnico-política que Michel Foucault² tematizará em seu curso de 1973-1974, no Collège de France, sob o título de *O Poder Psiquiátrico*. Instigante título que aponta, justamente, para a indissociabilidade entre a constituição de um saber, a psiquiatria, e o exercício de um poder, a disciplina.

É com *O Poder Psiquiátrico* que a autora inicia sua análise da constituição do campo psiquiátrico, reiteran-

do as discontinuidades sinalizadas por Foucault entre este curso e o livro-acontecimento que o antecede, *História da Loucura*. Acompanhando a trajetória proposta por Foucault no curso de 1973-1974, analisa as relações de saber-poder que propiciaram a emergência do alienismo. Pinel, a partir da observação sistemática dos alienados em dada condição de intervenção/produção (o tratamento moral), constrói um saber (a nosografia) num dispositivo que conjuga modos de ver e de fazer (o asilo), por meio do exercício de um poder específico (a disciplina). É com a organização do espaço asilar, o controle do tempo do alienado, o exercício de poder assimétrico entre alienista e alienado, visando a reconduzir este último à razão por meio de variadas técnicas ortopédicas, que a psiquiatria nascente simultaneamente extrai um saber do alienado e o encerra numa relação tutelar de tratamento. Tal tecnologia, mesclando elementos superados no campo da medicina, como a classificação sintomatológica, com elementos morais, encontra-se em dissonância com a medicina, que cada vez mais busca na materialidade do corpo o saber que lhe dê sustentação.

Negligenciando a corporeidade somática como fonte de saber e objeto de intervenção, a psiquiatria alienista acaba superada por uma modalidade de saber e prática psiquiátricos instaurada pelos novos modos de exercício de poder – biopolíticos – que se articulam à disciplina. A nova psiquiatria, doravante ancorada no discurso da herança mórbida, dirige-se ao corpo-espécie e amplia enormemente suas fronteiras, tanto do ponto de vista de seu objeto (não mais o indivíduo disciplinar, mas a população; não mais o alienado, definido pelo diagnóstico-binário, mas uma infinidade de subtipos mórbidos) quanto de seu horizonte político (não mais a cura de uma desrazão potencialmente transitória, mas a defesa da sociedade por meio de estratégias de gestão dos riscos e controle de condutas).

É nesse contexto que a teoria da degeneração, sistematizada por Morel, em 1857, sob a influência de Cabanis e, posteriormente desenvolvida por outros teóricos, como Magnan, busca uma aproximação com a medicina, ao substituir a sintomatologia pela etiologia e ampliar a noção de corpo, fazendo da herança biológica o novo corpo da doença mental e fixando a psiquiatria no conjunto das estratégias biopolíticas.

Consoante a autora, a ideia de degeneração e a problemática da herança mórbida reaparecem no início do Século XX, com Kraepelin, considerado o fundador da psiquiatria moderna, sob a distinção entre doenças endógenas (de constituição hereditária ou predisposição mórbida) e exógenas (provocadas por fatores externos). Décadas mais tarde, na segunda metade dos anos 1970, em um contexto de crítica acirrada à psiquiatria, suas ideias foram recuperadas por um grupo de psiquiatras norte-americanos, que pretendia estabelecer as bases de uma nova classificação diagnóstica, fundamentada em dados empíricos, com forte base estatística, apelo cientificista e recusa a qualquer indício de subjetividade. Esse grupo, chamado de neokraepeliniano, teve um papel de destaque na reorganização do DSM-III (*Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais*), em 1980, marco na reestruturação no campo da psiquiatria, diluindo as fronteiras entre normalidade e

patologia e abrindo espaço para a proliferação de diagnósticos que enfrentamos atualmente.

Sem negligenciar as diferenças entre as perspectivas que atravessam mais de um século de psiquiatria, a autora se propõe a acompanhar as vicissitudes do conceito de degeneração, não para restaurar sua suposta integridade ao longo do tempo, mas para coletar indícios do processo de biologização da psiquiatria e problematizar os regimes de verdade contemporâneos, que nos levam a tomar como natural o intensificado processo de patologização de comportamentos, sustentado por uma cientificidade questionável (biologicamente falando), mas socialmente eficaz.

Como antídoto a esse processo de medicalização da existência, em lugar do Rivotril com suco de abacaxi e hortelã, a autora nos brinda ao final com Canguilhem, possibilitando entrever saúde nas anomalias, nas variações que multiplicam as possibilidades da vida para além das universalizações ocas e autoritárias. O risco reaparece agora como abertura afirmativa – e não como negatividade a ser controlada – na produção de outros regimes de verdade, nos quais haja espaço para a dor, a alegria e a invenção de formas inéditas de existência. Canguilhem se lança ao risco de resistir à ocu-

pação nazista na França e chega com sua família buscando abrigo no Hospital Psiquiátrico de St. Alban, em 1942, onde finaliza *O Normal e o Patológico* e participa, involuntariamente, de um dos processos mais ricos de reinvenção dos modos de relação com a loucura, a psicoterapia institucional³. Sandra Caponi, ao final de seu rigoroso trabalho, conclui belamente com esse filósofo que fez de seu pensamento (e de sua vida) arma de resistência a toda forma de fascismo, afirmando em ato a criação como modo de vida e de saúde.

Adriana Rosa Cruz Santos
arosacs@uol.com.br

1. Rabello ET, Camargo Júnior KR. Propagandas de medicamentos: a saúde como produto de consumo. *Interface Comun Saúde Educ* 2012; 16:357-67.
2. Foucault M. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes; 2006.
3. Gallio G, Constantino G. François Tosquelles, a escola da liberdade. In: Lancetti A, organizador. *Saúde loucura, 4: grupos e coletivos*. São Paulo: Editora Hucitec; 1993. p. 85-128.